

Relatório de Atividades

2º Trimestre

CON



TCE**SP**
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2020



Presidência

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Vice-Presidência

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Corregedoria

Conselheiro Dimas Ramalho

Conselheiros

Antonio Roque Citadini
Edgard Camargo Rodrigues
Renato Martins Costa
Robson Marinho

Substituído pelos Auditores:

VALDENIR POLIZELI (de 04/11/2019 a 01/02/2020)

SAMY WURMAN (de 03/02/2020 a 22/04/2020).

MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO (a partir de 23/04/2020).

Cristiana de Castro Moraes

Dimas Ramalho

Sidney Estanislau Beraldo

Corpo de Auditores:

Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores:

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Márcio Martins de Camargo
Samy Wurman
Sílvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Procurador Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Procuradores:

Celso Augusto Matuck Feres Junior
Elida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Letícia Formoso Delsin
Rafael Antonio Baldo
Rafael Neubern Demarchi Costa
Renata Constante Cestari
Thiago Pinheiro Lima

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1. CORPO DIRETIVO	12
2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:.....	13
2.1 FÍSICOS:	13
2.2 ELETRÔNICOS:	13
3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS.....	14
3.1 PELO TRIBUNAL PLENO	14
3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	14
3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES.....	14
3.4 PELO CORPO DE AUDITORES.....	14
4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC	15
5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	15
6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	15
6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	15
6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	15
6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II	16
6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	16
6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ	16
6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	16
6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA	18
6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças	18
6.2.1.1. Planejamento e Orçamento.....	18
6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	24
6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA	24
6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP	26
6.6. OUVIDORIA	27
6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	28
6.8. REVISTA DO TCE.....	29
6.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	29
6.10. CERIMONIAL	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP.....	30



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)	13
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	13
Tabela 3 – Processos Instruídos – DSFs.....	16
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2020 – Despesas Correntes.....	20
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2020 – Despesas de Capital	20
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2020 - Despesas Correntes	21
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2020 - Despesas de Capital	21
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Empenhado – Despesas Correntes.....	22
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Empenhado – Despesas de Capital	22
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Realizado – Despesas Correntes	23
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Realizado – Despesas de Capital	23
Tabela 12 - Atividades da EPCP - 2º Trimestre	25
Tabela 13 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.....	26
Tabela 14 – Comunicados expedidos pelo GP	30
Tabela 15 – Comunicados expedidos pela SDG.....	31



APRESENTAÇÃO

Dando continuidade ao compromisso de transparência e de eficiência, o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCESP)** edita o presente RELATÓRIO contendo síntese das atividades levadas a efeito no decorrer do **SEGUNDO TRIMESTRE** do exercício de 2020, o que faz com esteio no artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c.c. o artigo 3º, IX, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, objetivando apresentar à sociedade e à augusta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo síntese das ações realizadas pela Corte no intuito de cumprir com sua missão constitucional de fiscalizar a Administração Pública Paulista.

Embora notório em todos os segmentos, oportuno o registro de que também no âmbito do Tribunal o segundo trimestre de 2020 foi sobremaneira impactado pelo advento da pandemia do Coronavírus, impondo-se novos e diversos desafios à práxis fiscalizatória, entretanto, contingenciados a contento por meio do uso inteligente e eficaz da tecnologia e do empenho da cúpula administrativa em elaborar estratégias para gestão da crise.

Para tratar do enfrentamento à síncope da saúde pública, o Presidente participou, no dia 2 de junho, às 10h30min, de reunião virtual com o Governador João Dória e Chefes de Poderes do Estado. Na audiência, o Chefe do Executivo apresentou às autoridades um panorama da pandemia no território paulista e as medidas implementadas para enfrentá-la.

Além do Presidente do TCESP e do Governador, participaram da reunião: o Vice-Governador, Rodrigo Garcia; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) Cauê Macris; o Presidente e Vice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Geraldo Pinheiro Franco e Luis Soares de Mello; o Presidente do Tribunal Regional Federal (TRF), Mairan Maia; o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Mario Sarrubbo; o Defensor-Público Geral do Estado, Florisvaldo Antonio Fiorentino Júnior; a Procuradora-Geral do Estado, Lia Porto; e os Secretários de Estado Patricia Ellen (Desenvolvimento Econômico) e Paulo Dimas Mascaretti (Justiça).



Sob esse mesmo ânimo de solidariedade – e de responsabilidade - o Presidente do TCESP, em conjunto com o Ministério Público (MPSP), na pessoa do Procurador-Geral de Justiça do Estado, Mário Luiz Sarrubo, e o Tribunal de Justiça (TJSP), representado pelo Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro, editou, no dia 3 de junho, o [Ato Normativo nº 01/2020](#) no qual, considerando o disposto na Lei Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, estabeleceu-se uma série de regras e vedações com o propósito de limitar as despesas com pessoal, a vigor até 31 de dezembro de 2021.

Antes disso, na mesma linha de ação, os Tribunais de Contas do Brasil elaboraram diretrizes e recomendações em relação às medidas adotadas pelos órgãos de controle externo de modo colaborativo aos demais poderes. Reunidas na [Resolução Conjunta 01/2020](#), assinada por representantes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), da Associação Nacional dos Auditores (Audicon), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), as ações propostas visaram minimizar os efeitos internos e externos da COVID-19.

As diretrizes do documento incluíram o papel orientador dos TCs para evitar que eventuais excessos na administração sejam cometidos e a participação de grupos técnicos de trabalho – envolvendo poderes, órgãos e entidades públicas e privadas – para alinhamento de estratégias na tomada de decisões e busca de soluções para os problemas de saúde pública, econômicos, financeiros e sociais decorrentes desse período de turbulência.

Assim é que, ao dar vazão à sua função de orientar e instruir, e preocupado com os impactos da pandemia na arrecadação de receitas, o Tribunal veiculou [RECOMENDAÇÃO](#) na edição do Diário Oficial do Estado de 2 de abril, com o intuito de instar gestores e responsáveis pelo emprego de verbas públicas a redefinir programação e rotinas de gastos, especialmente os elegíveis, de molde a reservar e priorizar os recursos orçamentários para os setores de saúde e assistência social.

Outrossim, constou em destaque na edição de 4 de abril do Caderno Legislativo do Diário Oficial do Estado o [Comunicado SDG nº 14/2020](#) emitido pela Secretaria-Diretoria Geral, discorrendo sobre o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto a gastos com pessoal e dívida consolidada, ajustes emergenciais, despesas



extraordinárias, contratação de bens e serviços, controle e transparência nos atos administrativos.

Na órbita da atividade finalística, o Tribunal implantou nova ferramenta, com tecnologia Power BI (*Business Intelligence*), para uso das equipes de fiscalização no acompanhamento dos gastos decorrentes do combate à pandemia do Coronavírus, de forma a permitir cruzamento, armazenamento e a consolidação de dados extraídos de múltiplas fontes para o uso na tomada de decisões nas atividades de fiscalização junto aos entes jurisdicionados.

Em linhas gerais, o “Portal BI” agrega dados atualizados mensalmente pelas administrações, ao que disponibiliza, dentre outros recursos, relatórios de gastos e empenhos feitos pelo Estado e pelos municípios, bases de preços de materiais adquiridos, tipos e valores de contratações e outras informações de interesse da área de fiscalização.

Internamente, desde que as autoridades médicas e sanitárias passaram a recomendar isolamento social mais rígido, e na sequência do Ato GP nº 04/2020, sobrevieram atos normativos e outros expedientes legais que adaptaram rotinas administrativas e de fiscalização, com vistas a resguardar a atuação finalística da Corte dos impactos deletérios do surto epidêmico.

Nesse particular, ao considerar a necessidade de retomada gradual da atividade dos colegiados, o TCESP editou a [Resolução nº 02/2020](#), publicada na Imprensa Oficial em 9 de abril, por meio da qual resolveu que as sessões de julgamento, em caráter excepcional e temporário, passariam a ser realizadas por videoconferência, nos mesmos dias (terças e quartas) e horários das sessões presenciais (10h e 14h30min), na forma dos artigos 73 e 74 do Regimento Interno, com transmissão em áudio e vídeo em tempo real e disponibilização da Ordem do Dia e atas decorrentes no portal institucional.

Por meio do [Comunicado SDG nº 15/2020](#), veiculado no suplemento Legislativo do Diário Oficial do Estado de 14 de abril, restaram delineadas as particularidades da nova sistemática, resguardados os direitos de advogados, procuradores e defensores e das partes interessadas, pelo que as sustentações orais passaram a ser requeridas até 24 horas antes da realização das sessões, mediante preenchimento de formulário eletrônico.



Desde o início das sessões online o perfil da Corte no Youtube teve um aumento de 350% no número de inscrições, ultrapassando 237 mil acessos e mais de 4,2 mil inscritos. Aliás, a 6ª sessão ordinária da Segunda Câmara, que marcou a estreia da nova modalidade, às 10h do dia 28 de abril, alcançou 802 (oitocentas e duas) visualizações. Na mesma data, às 14h30min, os trabalhos da Primeira Câmara atraíram 780 (setecentos e oitenta) exibições.

Mais do que viabilizar a retomada dos julgamentos colegiados, os números refletem o alcance do conhecimento social sobre a atuação da Corte: estatísticas disponibilizadas pelo Youtube evidenciam que as sessões online, até o final do mês de maio, foram assistidas por mais de 3,8 mil espectadores únicos e exibidas, aproximadamente, 9,2 mil vezes.

Com o intuito de imprimir celeridade ao procedimento de entrega e recebimento de documentos, foi desenvolvido o aplicativo Protocolo Digital, disponível na página institucional e também na forma de aplicativo compatível com tablets e celulares.

Desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), o aplicativo permite protocolar documentos de forma totalmente digital, de forma a dispensar o comparecimento da parte interessada à sede localizada na Capital, ou a uma das 20 Unidades Regionais (URs) distribuídas no interior e no litoral do Estado. Além de cadastrar novos protocolos, o sistema também permitirá consultar, por meio do menu, a relação de documentos já encaminhados ao TCESP.

Como forma de incentivar o controle social sobre a destinação dos recursos aplicados no enfrentamento à pandemia da COVID-19, o TCESP implantou o [Painel COVID-19/TCESP](#), uma ferramenta que permite ao cidadão monitorar as receitas e os gastos dos 644 (seiscentos e quarenta e quatro) municípios paulistas, exceto a Capital.

A partir de dados coletados por meio de questionários respondidos pelos municípios até o dia 3 de junho, o Painel COVID-19 traz, de forma simples e interativa, informações sobre os recursos que estão sendo usados pelas Prefeituras no combate ao novo Coronavírus. A ferramenta é atualizada a cada 30 (trinta) dias – sempre após o encerramento de cada mês.



Dentre outras funcionalidades, o usuário tem acesso, na forma de gráficos e de dados segmentados por município: ao valor total repassado pelos Governos Federal e Estadual; à quantidade de recursos empenhada para uso de cada administração; e aos quantitativos destinados às áreas da Saúde com a construção e melhorias nos equipamentos.

De outra senda, levantamento realizado a partir de cruzamento de dados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e da Controladoria Geral da União (CGU) mostrou que 7.924 (sete mil, novecentos e vinte e quatro) servidores estaduais e municipais ativos ou inativos podem ter recebido indevidamente o auxílio emergencial repassado pelo Governo Federal. Ao todo, foram pagos, indevidamente, R\$ 5.793.000,00 (cinco milhões, setecentos e noventa e três mil reais) aos agentes públicos municipais e estaduais até o mês de maio.

O resultado do estudo foi apresentado por meio da [Nota Técnica Conjunta nº 01/2020](#) e propõe que os dados dos servidores sejam regularizados junto ao Ministério da Cidadania para ciência e adoção das medidas de sua competência, bem como enviada a cada órgão ou entidade a lista de seus servidores que figuraram no estudo para conhecimento e devidas providências junto aos envolvidos.

Cingido à atividade finalística, o Tribunal de Contas, durante sessão extraordinária de 30 de junho, realizada na modalidade de videoconferência, votou pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas do Governo do Estado, referentes ao exercício de 2019, sob responsabilidade do Governador João Doria. Os membros do Tribunal Pleno acompanharam as conclusões do Relator e, por unanimidade, votaram pela aprovação das contas do Executivo Estadual, complementada por determinações, recomendações e ressalvas.

Em prosseguimento à sistemática de acompanhamento concomitante, o TCESP realizou, em 16 de abril, com transmissão online em tempo real, fiscalização ordenada em mais de 200 (duzentas) instituições para avaliar a efetividade dos portais de transparência de entidades do Terceiro Setor beneficiárias de repasses públicos, gerando-se relatório gerencial com informações de interesse público, que pode ser acessado por meio do link <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/consolidado%20CCS%20preliminar.pdf>.



O trabalho consistiu na verificação das informações disponibilizadas na internet para controle social dos cidadãos e cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e na avaliação dos serviços de ouvidoria. A fiscalização envolveu 196 (cento e noventa e seis) servidores do Tribunal de Contas e 206 (duzentas e seis) entidades localizadas em 104 (cento e quatro) municípios paulistas.

Findos os trabalhos, constatou-se que mais da metade das unidades (51%) não disponibiliza endereços, telefones de contato e horários de atendimento ao público. Em 58% dos casos, não constam dados sobre os valores repassados às entidades pelo Poder Público, e em 45% não estão disponíveis os balanços e as demonstrações contábeis.

Apesar da falta dos dados obrigatórios, 82% das entidades do Terceiro Setor disponibilizam informações sobre transparência na internet e 75% delas possuem sites de fácil localização. Da amostra, em 87% dos casos a linguagem é simples, objetiva e de fácil compreensão aos usuários. Relativamente à ouvidoria, apurou-se que em 68% das instituições não foi implantado o serviço de atendimento ao público.

Lançado em abril de 2018, o **Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas**, ferramenta digital de acesso público que permite ao cidadão fiscalizar e acompanhar a execução de mais de número significativo de obras conduzidas pelo governo estadual e pelos municípios, recebeu a devida atenção.

Para tanto, os gestores foram convocados para atualizar, até 10 de abril, as informações que vêm prestando desde janeiro de 2019 sobre obras paralisadas e/ou atrasadas. Atualmente, 4.638 (quatro mil, seiscentos e trinta e oito) órgãos estão cadastrados no sistema da Corte de Contas paulista e 440 (quatrocentos e quarenta) declararam ter alguma obra com problema de cronograma.

Por meio da ferramenta são disponibilizados mapas, gráficos e informações detalhadas de cada obra, conforme as informações prestadas pelos jurisdicionados, apontando as principais fontes de recursos dos empreendimentos e a classificação das obras por áreas temáticas, como Educação, Saúde, Habitação, Mobilidade Urbana, entre outras.



O Painel de Obras aponta, em seu quinto levantamento, a presença de 1.309 (mil, trezentas e nove) obras paradas ou em situação de atraso no cronograma. A soma dos contratos, firmados por meio do Estado e dos municípios, alcança o valor de R\$ 48.687.067.597,91 (quarenta e oito bilhões, seiscentos e oitenta e sete milhões, sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais e noventa e um centavos).

Com base em dados colhidos até o dia 10 de abril, 655 (seiscentos e cinquenta e cinco) empreendimentos estão atrasados e 654 (seiscentos e cinquenta e quatro) paralisados. Cerca de 85% são de âmbito municipal (1.119), ao passo que, aproximadamente, 15% são da esfera estadual (190). Os investimentos do Governo Federal abastecem 529 (quinhentas e vinte e nove) obras, enquanto o Tesouro do Estado é fruto de recursos para 428 (quatrocentas e vinte e oito).

Ao longo de quase um ano e meio de monitoramento, o TCE detectou que o setor com mais problemas é a Educação, líder das estatísticas de obras problemáticas no Estado. Equipamentos urbanos (praças, quadras e similares), de mobilidade (obras em vias urbanas) e na área da Saúde (Hospitais, Postos de Saúde, UBS, CAPS e similares) aparecem na sequência como os setores mais afetados.

No campo das relações públicas, o Presidente do Tribunal de Contas, Edgard Camargo Rodrigues, participou, dia 5 de junho, às 15h, de evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) para o lançamento do Movimento Democracia Sempre. Coordenado pelo Presidente da OAB-SP, Caio Augusto dos Santos, o encontro online reuniu diversas lideranças em apoio ao regime democrático e em respeito à Constituição Federal.

Representado pelo Departamento de Tecnologia da Informação, o TCESP participou, no dia 22 de junho, das atividades promovidas pelo Futurecom Digital Summit, evento voltado à área de tecnologia no âmbito da América Latina. Com o tema “Mundo Além da Pandemia”, o fórum debateu cases e trabalhos no setor e a gestão da tecnologia e da informática frente aos desafios da pandemia da COVID-19.



Ainda nessa seara, o Tribunal foi um dos finalistas do prêmio “Case de Sucesso”, promovido pela Security Leaders em um dos principais congressos de Segurança da Informação e Cibersegurança do Brasil. Classificado em terceiro lugar, o projeto “Home Office com segurança em tempos de COVID” foi o único finalista do setor público do país.

No desempenho da função de orientar e instruir, o Tribunal promoveu, em 24 de abril, às 10h, capacitação online para orientar os jurisdicionados sobre o calendário de atividades 2020 da Divisão de Auditoria Eletrônica de São Paulo (Audesp). Com transmissão pelo canal da Escola Paulista de Contas Públicas “Presidente Washington Luís” no YouTube, a live esclareceu questões técnicas sobre a operacionalização do sistema e, sobretudo, mudanças no envio de dados em relação aos recursos vinculados ao combate ao novo Coronavírus.

Apesar das limitações, a Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) ofereceu cursos e treinamentos online, gratuitos e abertos ao público interno e externo. Disponibilizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), as capacitações abordaram diversos temas afetos à Administração Pública, como Prestação de Contas; Controle Interno; Licitações e Contratos; Obras Públicas e Serviços de Engenharia; Previdência; e Repasses Públicos ao Terceiro Setor.

Ao longo deste relatório serão apresentados dados técnicos que mostram, de maneira detalhada, o trabalho realizado pelos setores especializados que compõem o TCESP. As ações são sempre imbuídas do objetivo de fortalecer, a cada dia, o Tribunal como instituição essencial à fiscalização e à gestão de recursos públicos no Estado de São Paulo, reafirmando, de forma inequívoca, o compromisso da organização rumo à missão de “fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade”.



1. CORPO DIRETIVO

No dia 3 de fevereiro de 2020, tomaram posse para o mandato de um ano os Conselheiros EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Presidente, CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Vice-Presidente e DIMAS RAMALHO, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES – PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES - VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO - CORREGEDOR**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído pelos Auditores:

VALDENIR POLIZELI (de 04/11/2019 a 01/02/2020)

SAMY WURMAN (de 03/02/2020 a 22/04/2020).

MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO (a partir de 23/04/2020).

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído pelos Auditores:

VALDENIR POLIZELI (de 04/11/2019 a 01/02/2020)

SAMY WURMAN (de 03/02/2020 a 22/04/2020).

MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO (a partir de 23/04/2020).

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**



2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS:

Por força dos Atos GP nºs 04 e 05, de 2020, estiveram suspensos durante todo o 2º trimestre a tramitação e prazos dos processos físicos em curso no Tribunal, com reflexo na quantidade de processos físicos distribuídos, conforme quadro abaixo:

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
REVISÃO DE JULGADO	1	0	1
Total Geral	1	0	1

2.2 ELETRÔNICOS:

No 2º trimestre de 2020, foram distribuídos **6.370** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCRMC	GCCCM	GCDER	GCSEB	GCRRM	CA	GP	
Ações			1					8	9
Adiantamentos	5	5	6	6	5	6			33
Apartados							17		17
Atos de Pessoal	25	33	32	35	27	33	960		1145
Balanço Geral do Exercício			1		1		11		13
Concurso Público	1			1					2
Contas de Prefeitura	108	108	107	107	108	107			645
Contas do Governador				1					1
Contratos	300	296	242	320	294	323	11	8	1794
Controle de Prazos	13	13	13	13	13	14	41		120
EPE	86	80	74	88	86	85			499
Expedientes	27	40	23	30	48	32	27	82	309
Expedientes do Ministério Público	7	11	12	10	10	7	15	28	100
Expedientes do Poder Judiciário	6	11	5	8	12	8	4	22	76
Instrução de Representação								33	33
Recursos	67	76	68	52	49	57	23	287	679
Relatório de Fiscalização		1	1		4				6
Repasse Públicos	107	118	112	104	104	101	199	4	849
Representação	5	5	16	4	5	5			40
Total Geral	757	797	713	779	766	778	1.308	472	6.370

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – ELETRÔNICOS 6.371



3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 2º trimestre do presente exercício, foram realizadas **9 Sessões Ordinárias e 1 Sessão Extraordinária**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **441 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **372 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.
- Deliberou, em Sessão Extraordinária de 30/06, **pela expedição de Parecer favorável às Contas do Governador**, referentes ao **exercício de 2019**.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu, virtualmente, em **2 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **9 Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **876 processos**;
- A Segunda Câmara reuniu-se em **9 Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **729 processos**.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 2º trimestre de 2020 foram proferidas **771 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Dentre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 2º Trimestre de 2020, **2.007 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores, enquanto **256** foram objeto de despacho de diferimento.



4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **7.713 processos eletrônicos**.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 2º Trimestre de 2020, a P.F.E se manifestou em **1.590 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.572 processos**.

6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.418 processos**, dos quais **266** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **856 certidões**, todas em meio eletrônico.



6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **16.630 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

Tabela 3 – Processos Instruídos – DSFs.

	DSF-I	DSF-II
Processos Eletrônicos	8.012	8.618

6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pelas Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **18 novas contratações de obras e serviços de engenharia**, tendo, no mesmo período, instruído **44 processos** da mesma natureza. No fim de junho, o Núcleo registrou um total de **435 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **3.722 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.



A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No segundo trimestre de 2020 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **1.705 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

A Divisão, no período, também trabalhou na manutenção e elaboração de dashboards (painéis de análises) utilizando a ferramenta “POWER BI”, em melhorias no Projeto ARES (Análise de Redes Societárias), com a incorporação de novas bases de vínculos, no desenvolvimento do Projeto de Reconhecimento de Empresas de Fachada e no projeto de construção de ferramenta para análise de risco de obras – FARO.



6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.258 processos**.

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.244, de 10 de janeiro de 2020, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2020” foi elaborado em observância à Lei n.º 17.118, de 19 de julho de 2019 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2020”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$ 1.049.123.805,00**, sendo **R\$ 1.044.897.805,00** para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e **R\$ 4.226.000,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.118/19), o Decreto N.º 64.748, de 17 de janeiro de 2020, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2019 e a Portaria Conjunta CAF-CO-001, de 21 de janeiro de 2020.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2020 (Decreto n.º 64.748/2020) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, **foram concedidas suplementações ao orçamento vigente**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da **Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE**, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, **no valor total de R\$ 9.564.406,00**, via expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:



1. Expediente SAO n.º 02001/2020-4-0001, concluído em 10/02/2020, no valor total de **R\$9.783.106,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º020030-1/2020, de 04/02/2020, na seguinte conformidade: **R\$6.033.344,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE sendo **R\$4.693.208,00** para modernização de elevadores do TCESP (SEI nº 2931/2019-61); e **R\$ 1.340.136,00** para elaboração de projeto básico para reforma do prédio anexo III, na sede do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e R\$ 3.749.762,00 na Ação 4.821, Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária que serão distribuídos na seguinte conformidade: R\$ 2.755.300,00 para compra de 396 notebooks e 293 desktops incluindo garantia de 36 meses (SEI 12149/2019-50), R\$ 68.044,40 para a aquisição de televisores para sala de reuniões (SEI 10477/2019-11) e R\$ 926.417,60 para aquisição de material mobiliário para o Ministério Público de Contas (SEI 13203/2019-84).

2. Expediente SAO nº 02001/2020-1-00002, concluído em 21/02/2020, referente à crédito suplementar ao orçamento da Secretaria da Fazenda, com oferecimento de recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado no **valor total de R\$ 218.700,00** à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado com efeitos retroativos a 1º de Fevereiro de 2020, no Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, visando a cobertura de despesas para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mútua celebrado entre Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, nos termos desse expediente SAO nº 2001/2020-1-00002 , apensado no expediente da Secretaria da Fazenda, SAO nº 20007/2020-1-00001.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2020, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de junho do corrente exercício.



Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2020 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Fevereiro	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Março	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Abril	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Maio	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Junho	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Julho	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Agosto	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Setembro	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Outubro	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Novembro	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Dezembro	79.163.592	8.094.762	199.891	-	8.294.653	87.458.245
TOTAL	945.800.726	96.709.145	2.387.934	-	99.097.079	1.044.897.805

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2020 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Fevereiro	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Março	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Abril	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Maio	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Junho	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Julho	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Agosto	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Setembro	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Outubro	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Novembro	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Dezembro	0	353.736	-	353.736	87.811.981
TOTAL	0	4.226.000	-	4.226.000	1.049.123.805

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2020 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	78.785.194	8.055.853	198.913	-	8.254.766	87.039.960
Fevereiro	78.785.194	8.026.558	198.913	-	8.225.471	87.010.665
Março	78.785.194	8.037.553	198.913	-	8.236.466	87.021.660
Abril	78.785.194	8.037.553	198.913	-	8.236.466	87.021.660
Maio	78.785.194	8.037.553	198.913	-	8.236.466	87.021.660
Junho	78.785.194	8.036.638	198.913	-	8.235.551	87.020.745
Julho	78.785.194	8.036.638	198.913	-	8.235.551	87.020.745
Agosto	78.785.194	8.036.638	198.913	-	8.235.551	87.020.745
Setembro	78.785.194	8.036.638	198.913	-	8.235.551	87.020.745
Outubro	78.785.194	8.036.638	198.913	-	8.235.551	87.020.745
Novembro	78.785.194	8.036.638	198.913	-	8.235.551	87.020.745
Dezembro	79.163.592	8.075.547	199.891	-	8.275.438	87.439.030
TOTAL	945.800.726	96.490.445	2.387.934	-	98.878.379	1.044.679.105

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2020 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	0	352.024	-	352.024	87.391.984
Fevereiro	0	10.135.130	-	10.135.130	97.145.795
Março	0	352.024	-	352.024	87.373.684
Abril	0	352.024	-	352.024	87.373.684
Maio	0	352.024	-	352.024	87.373.684
Junho	0	352.024	-	352.024	87.372.769
Julho	0	352.024	-	352.024	87.372.769
Agosto	0	352.024	-	352.024	87.372.769
Setembro	0	352.024	-	352.024	87.372.769
Outubro	0	352.024	-	352.024	87.372.769
Novembro	0	352.024	-	352.024	87.372.769
Dezembro	0	353.736	-	353.736	87.792.766
TOTAL	0	14.009.106	-	14.009.106	1.058.688.211

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	77.809.524,02	15.997.452,18	6.800,00	-	16.004.252,18	93.813.776,20
Fevereiro	69.458.084,59	19.654.300,18	35.517,18	-	19.689.817,36	89.147.901,95
Março	72.820.134,35	11.504.892,37	58.557,69	-	11.563.450,06	84.383.584,41
Abril	70.553.801,35	3.476.277,61	177.117,43		3.653.395,04	74.207.196,39
Maio	67.530.507,78	3.697.411,14	105.220,52		3.802.631,66	71.333.139,44
Junho	69.175.254,55	2.123.504,91	102.458,81		2.225.963,72	71.401.218,27
TOTAL	427.347.306,64	56.453.838,39	485.671,63	0,00	56.939.510,02	484.286.816,66

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	23.031,00	-	23.031,00	93.836.807,20
Fevereiro	-	1.633.713,86	-	1.633.713,86	90.781.615,81
Março	-	7.906,20	-	7.906,20	84.391.490,61
Abril		2.756.298,00		2.756.298,00	76.963.494,39
Maio		799,00		799,00	71.333.938,44
Junho		(340,00)		(340,00)	71.400.878,27
TOTAL	-	4.421.408,06	-	4.421.408,06	488.708.224,72

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	77.809.524,02	5.709.790,49	-	-	5.709.790,49	83.519.314,51
Fevereiro	69.458.084,59	4.834.462,96	21.934,60	-	4.856.397,56	74.314.482,15
Março	72.154.240,49	6.753.624,73	43.356,48	-	6.796.981,21	78.951.221,70
Abril	70.541.051,67	4.082.335,10	125.962,60		4.208.297,70	74.749.349,37
Maio	67.544.484,60	5.376.957,39	106.880,06		5.483.837,45	73.028.322,05
Junho	69.138.878,16	3.609.222,81	93.211,43		3.702.434,24	72.841.312,40
TOTAL	426.646.263,53	30.366.393,48	391.345,17	0,00	30.757.738,65	457.404.002,18

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	83.519.314,51
Fevereiro	-	-	-	-	74.314.482,15
Março	-	3.550,00	-	3.550,00	78.954.771,70
Abril		11.836,00		11.836,00	74.761.185,37
Maio					73.028.322,05
Junho		1.769.426,30		1.769.426,30	74.610.738,60
TOTAL	-	1.784.812,30	0,00	1.784.812,30	459.188.814,38

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º e 2º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado dos dias 31 de março e 3 de junho de 2020.



6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o DTI adotou medidas tecnológicas em suporte à atuação do Tribunal no contexto da Pandemia da COVID-19. Destacam-se a implantação da plataforma que viabiliza a **realização remota das Sessões de Julgamento** e a elaboração do **Painel de Gestão de Enfrentamento do Covid-19**, que consolida e exhibe os dados coletados de nossos jurisdicionados, decorrentes do combate à Pandemia, indicando valores de contratos firmados por dispensa de licitação, bem como informações sobre hospitais de campanha, leitos, casos de infecções e óbitos.

Quanto ao desenvolvimento e manutenção dos sistemas institucionais, o DTI, no trimestre, incorporou melhorias técnicas ao **Sistema de Seleção de Ajustes (SSDA)**, ao **Painel Visor (Alertas da LRF)** e ao **AUDESP**. No período, também atuou na inclusão de novas funcionalidades aos sistemas relacionados aos **Índices de Efetividade da Gestão (IEGM e IEG-Prev)**, como novas regras de análises e rotinas de cálculo.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **2.680 atendimentos telefônicos**, sendo **451 para usuários internos e 1.937 para usuários externos**. No período também foram gerados **2.292 chamados de atendimento**, com um total de **5.153 finalizados**.

6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no segundo trimestre, elaborou **618 manifestações em processos e expedientes**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo encaminhamento de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.



O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **54 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **743 ações** em que este Tribunal se situa no polo passivo, e de **23 processos judiciais** em que a Corte atua no polo ativo, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, realizou **48 eventos**, em formato online, dentre reuniões, cursos internos e externos. A realização dos eventos, em tal configuração, possibilitou a participação de milhares de pessoas, incluindo servidores, jurisdicionados e público em geral, como se observa dos quantitativos abaixo indicados:

Tabela 12 - Atividades da EPCP - 2º Trimestre

2º Trimestre - 2020	Quantidade de Eventos	Número de Participantes	Acessos "on-line"
Reuniões Pedagógicas "Online"	28	565	565
Cursos e Eventos Promovidos pela EPCP e(ou) Outros Setores do TCE	15	22.828	46.826
Cursos e Eventos Promovidos por outros Tribunais ou Instituições	5	354	354
Total	48	4.728	545

Destacam-se, no período, os cursos: Orientações AUDESP 2020; AUDESP Fase III - Atos de Pessoal; Controle Interno; AUDESP Fase IV - Licitações e Contratos; Ferramentas para o Teletrabalho; Controle Interno; Orientações do TCESP no Enfrentamento da Pandemia - Covid-19 (SDG); DTI: - Apresentação de Casos práticos de painéis criados com o Power BI; Introdução ao Teams - Uma Ferramenta Corporativa de Colaboração Integrada; Criação de uma Análise de Dados com o Power BI Parte I; Criação de uma Análise de Dados com o Power BI Parte II; FARO - Ferramentas de Análise de Risco de Obras; ARES - Análise de Redes Societárias; 20 Anos da LRF (MPSP); Compras Governamentais e Consórcios Intermunicipais (Sebrae); Oficinas On-Line Trajetórias Profissionais (Reducontas) via Meet e 7º Encontro da Associação Paulista das Escolas dos Legislativos e Contas - via Zoom.

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou **602 atendimentos eletrônicos**, incluindo **78 pesquisas e 118 informações online**, além de **406 e-mails**.



6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte.

No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 13 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
Atendimentos	Telefone	376	389	403	1168
	Fale Conosco	463	480	862	1805
	“Web”	185	211	394	790
	“Phone”	6	4	3	13
	E-mail	14	6	12	32
	Outros	258	259	453	970
Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos		57	86	54	197
Envio de e-mails (Comunicados)		80	110	1400	1590
Cadastros	Advogados	81	159	214	454
	Partes	330	348	577	1255
	Órgãos	4	8	10	22
	Participação PILOTO ¹	0	4	71	75
	Processos Cadastrados PILOTO	1	10	12	23
	Liberação do PILOTO para Produção	0	1	0	1

- Criação e disponibilização de tutoriais referentes ao procedimento de assinatura de documentos no processo eletrônico
- Encaminhamento do novo agrupamento de distribuição de Relatório de Fiscalização para ajustes no MainFrame
- Extração de dados estatísticos referentes ao teletrabalho em função da Covid-19
- Levantamento de dados de contato de jurisdicionados para encaminhamento de notificações referente à Fiscalização Ordenada de 16/04
- Criação das classes de Acompanhamento Especial:
 - Acompanhamento Especial - Balanço Geral do Exercício
 - Acompanhamento Especial - Contas do Governador
 - Acompanhamento Especial - Contas de Câmara
 - Acompanhamento Especial - Contas de Prefeitura
 - Acompanhamento Especial - Relatório de Fiscalização
 - Acompanhamento Especial - Prestação de Contas dos Gestores de Previdência Municipal
- Disponibilização da funcionalidade de Comunicação aos Gabinetes e Cartórios

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

- Integração SisCNP - envio de informações sobre classe e grupo de matérias de processos para SQL
- Atualização do ambiente de Piloto para a última versão em Produção
- Solicitação e configuração de servidores de Homologação e Produção visando: BI e indexação de documentos
- Em desenvolvimento:
 - Atualização do framework javascript e ajustes decorrentes
 - Estudos referentes à atualização das aplicações do servidor (banco, Java e servidor web)
 - Recursos vinculados a vários processos
 - Novo fluxo de distribuição de processos
 - Novo módulo de pesquisa de documentos
 - Novo módulo de estatísticas

6.6. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.776 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, processou **74 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Portal WEB



Ouvidoria

1.253
Solicitações

WhatsApp



370
Solicitações

Presencial



0
Solicitações

0800



79
Solicitações

e-SIC



74
Solicitações

Registra-se ainda o total de **4.715** solicitações de suporte efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCE-SP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCE-SP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCE-SP e iniciativas institucionais.

No 2º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **115 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **55 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado;
- **15 edições** da Newsletter “Notícias do Plenário”, com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



14.321 curtidas de página e 16.292 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Facebook em 2013.



7.710 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCE-SP no Twitter) e 4.763 seguidores.



4.565 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no YouTube em 2013 e 251.543 visualizações.



14.750 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCE-SP no Flickr em 2015.



247 publicações desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Instagram em 2016, com 2.033 seguidores.



6.8. REVISTA DO TCE

Elaborada sob a orientação e responsabilidade da Vice-Presidência, encontra-se em elaboração a edição de número nº 146 da Revista, que contará com matérias especiais sobre as ações de fiscalização da Corte no contexto da pandemia da COVID-19.

6.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 2º trimestre de 2020, as atividades do Cerimonial concentram-se em rotinas administrativas do setor, tendo em vista que a realização de eventos e audiência foi suspensa em decorrência do contexto pandêmico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **2º trimestre de 2020**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES
PRESIDENTE



8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 14 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	20/2020	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 24/06/2020	25/06/20
GP	19/2020	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 19/06/2020	20/06/20
GP	18/2020	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 10/06/2020	11/06/20
GP	17/2020	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 03/06/2020	04/06/20
GP	16/2020	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 27/05/2020	28/05/20
GP	15/2020	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 20/05/2020	21/05/20
GP	14/2020	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 13/05/2020	14/05/20
GP	13/2020	COVID-19 - Divulgação dos atos, receitas e despesas	14/05/20
GP	12/2020	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 06/05/2020	07/05/20
GP	11/2020	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 29/04/2020	30/04/20



Tabela 15 – Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	29/2020	Implantação da ferramenta ALICE (ANÁLISE DE LICITAÇÕES EDITAIS)	26/06/2020
SDG	28/2020	Funcionamento do Protocolo Digital e fim do atendimento presencial	26/06/2020
SDG	27/2020	Retomada do 24º Ciclo de Debates	26/06/2020
SDG	26/2020	Implantação do Protocolo Digital	19/06/2020
SDG	25/2020	LC nº 173/2020 – Suspensão de Pagamentos	10/07/2020
SDG	24/2020	Prazo de preenchimento Questionários COVID-19	09/06/2020
SDG	23/2020	Contas do Governador e Sessão Câmaras	04/06/2020
SDG	22/2020	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	03/06/2020
SDG	21/2020	Comunicado SDG Nº 21/2020 - Questionário - Enfrentamento COVID-19	23/05/2020
SDG	20/2020	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	06/05/2020
SDG	19/2020	Processos julgados no 1º TRIMESTRE	05/05/2020
SDG	18/2020	Transparência dos atos, receitas e despesas destinados ao enfrentamento do Coronavírus	28/04/2020
SDG	17/2020	Conselhos de Saúde e Controle Interno na fiscalização do COVID-19	24/04/2020
SDG	16/2020	Regras para sessões de videoconferência e sustentações orais	17/04/2020
SDG	15/2020	Sessões de julgamento com uso de videoconferência	13/04/2020
SDG	14/2020	Limites e Condições da Lei de Responsabilidade Fiscal	04/04/2020
SDG	13/2020	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios	03/04/2020



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

2020